

FEMINISMOS DE/PÓS COLONIAIS SOB RASURA: AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E PATRIARCADO DE MARÍA LUGONES, RITA SEGATO E JULIETA PAREDES

*Marina Lis Wassmansdorf**

RESUMO: O informe pretende discutir e comparar as diferentes visões de gênero e patriarcado das autoras María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes, por meio de três obras-chave: “Colonialidad y Género” (2008); “Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres” (2011) e “Hilando Fino: Desde el Feminismo Comunitario” (2008), respectivamente. Busco destacar os principais afastamentos teóricos dentre as três abordagens para depois elencar alguns elementos aproximativos entre o pensamento das autoras, descambando para a discussão da categoria de gênero – que permeia as três teorias, de forma a não desqualificar nem escolher dentre nenhuma, mas de realizar um esforço crítico do debate. As três autoras escolhidas são feministas, latino-americanas e pertencem ao debate de/pós colonial - portanto, é nessa base que o texto é articulado teoricamente. Em que pese as divergências teóricas, o gênero continua sendo parte dessas discussões, e, na falta de um melhor conceito que explique as diferentes situações de poder e opressão vivenciadas pelas mulheres, o gênero como categoria “sob rasura” (HALL, 2000), como categoria “equivoca” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004) continua sendo útil (SCOTT, 1995).

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Patriarcado; Feminismo De/Pós-colonial; Feminismo latino-americano.

ABSTRACT: The report intends to discuss and compare the different views of gender and patriarchy of the authors María Lugones, Rita Segato and Julieta Paredes, through three key works: "Coloniality and Gender" (2008);

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada a Linha Poder e Subjetividades do Programa de Pós Graduação em História. Graduou-se em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e possui graduação em andamento em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC e já teve passagem pelo Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) e pelo Núcleo de Estudos Ambientais (NEA), ambos da UDESC. E-mail: marinawass@gmail.com.

"Coloniality and Modern Patriarchate: expansion of the state front, modernization, and the life of women" (2011) and "Hilando Fino: From Community Feminism" (2008), respectively. I seek to highlight the main theoretical differences among the three approaches and then to list some approximate elements among the authors, moving to the discussion of the category of gender - which permeates the three theories, so as not to disqualify or choose from none, but to make an effort Critical of the debate. The three authors chosen are feminist, Latin American and belong to the post-colonial debate, so it is on this basis that the text is articulated theoretically. In spite of the theoretical differences, gender remains a part of these discussions, and in the absence of a better concept that explains the different situations of power and oppression experienced by women, gender as a category "under shave" (HALL, 2000), As an "equivocal" category (VIVEIROS DE CASTRO, 2004) remains useful (SCOTT, 1995).

KEYWORDS: Gender, Patriarchy, De/PostColonial Feminism, Latin American Feminism

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir e comparar as diferentes visões de gênero e patriarcado das autoras María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes, por meio três obras-chave: “Colonialidad y Género” (2008 – publicação original); “Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres” (2011 – publicação original) e “Hilando Fino: Desde el Feminismo Comunitario” (2008 – publicação original), respectivamente. Da mesma forma, intenciona-se apontar um caminho de reflexão de forma a não desqualificar nem escolher entre nenhuma teoria – e, assim, instrumentalizar o debate de gênero como categoria equívoca e sob rasura.

A análise tem início destacando os principais afastamentos teóricos dentre as três abordagens. Depois, segue com alguns elementos aproximativos entre as autoras; descambando para a discussão da categoria de gênero – que permeia as três teorias.

As três autoras escolhidas são feministas, latino-americanas⁴⁸ e pertencem ao debate de/pós colonial. Uma escolha que não é ao acaso, já que este trabalho se insere, justamente, na perspectiva do feminismo de/pós-colonial. De maneira geral, interpreto a teoria feminista de/pós-colonial como

48 Segato e Lugones são argentinas, sendo que a primeira é radicada no Brasil; e Paredes é boliviana.

um pensamento que implica o gênero nas estruturas de poder colonial e suas sequelas (MC CLINTOCK, 2010). Além disso, tal teoria pode ser compreendida dentro de um movimento mais amplo que busca descentrar-se do feminismo hegemônico, e, deste modo, pensado a partir da diferença e das margens e, ainda, como uma perspectiva que pauta não um feminismo do eixo sul pelo sul em detrimento do norte - mas sim um feminismo que se traduz do sul pelo norte e do norte pelo sul⁴⁹.

1 O PATRIARCADO REVISITADO: DIVERGÊNCIAS

De maneira prática, pode-se dizer que a principal diferença entre as autoras reside no seguinte: enquanto María Lugones defende a não existência de patriarcado nas sociedades pré-intrusão, Rita Segato entende que havia um patriarcado de baixa intensidade nessas sociedades indígenas e afro-americanas e Julieta Paredes afirma o caráter ancestral do patriarcado. Sigo agora com uma breve discussão de pontos encontrados nas obras supracitadas.

Em “Colonialidad y Género” (2008), a argentina María Lugones considera - a partir do trabalho do peruano Aníbal Quijano - não só a raça, mas também o gênero como ficção⁵⁰. Quando a autora remete a ideia de gênero como ficção, ela alavanca a discussão, a partir de Oyéronké Oyewùmi (1997), de que não havia um sistema de gênero nas sociedades pré-intrusão. Isto é, o gênero foi introduzido pelo elemento colonial. Se o gênero não era um princípio organizador da sociedade Yoruba antes da colonização ocidental (OYÉRONKE apud LUGONES, 2008, p. 87), de acordo com a feminista nigeriana:

49 Norte e Sul são categorias que partem do sentido geográfico do termo – hemisfério norte e sul – mas que são compostas por uma rede de sentidos e imaginários muito mais complexos.

50 Quando Quijano reporta-se à “raça” como ficção, ele está justamente discutindo sua dimensão de construção mental e cultural em um determinado tempo histórico. Em outras palavras, a raça é uma categoria inventada quando do evento da colonização e foi utilizada como princípio de classificação social dos povos da América, através de critérios biologicistas: “A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo [...] A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América (QUIJANO, 2005, p.1).

La glosa usual de las categorías Yoruba obinrin y okunrin como «hembra/ mujer» y «macho/hombre», respectivamente, es una traducción errónea. Estas categorías no se oponen en forma binaria ni están relacionadas por medio de una jerarquía (OYÉRONKE apud LUGONES, 2008, p. 87)

Foi com a colonização em África que as fêmeas obinrin foram qualificadas como “mulheres”, e que as africanas e africanos foram categorizados pela “raça” - uma construção de sentidos que gerou, como consequência, a dupla subordinação das mulheres africanas. (OYÉRONKE apud LUGONES, 2008 p. 88). Pode-se dizer que esse processo abrangeu todas as “mulheres de cor”⁵¹.

Lugones, valida seu argumento transportando a ideia de outra autora, também feminista - a indígena Paula Gunn Allen, que compreende que parte dos povos nativos americanos vivia uma “ginecracia igualitaria”. De acordo com Lugones, dentre as características dessa sociedade “se encontraba la estructura social bilateral complementaria; el entendimiento del género; y la distribución económica que solía seguir un sistema de reciprocidad” (LUGONES, 2008, p.90). A classificação social de gênero não tinha por eixo norteador o critério biológico, mas era designado, segundo Allen, pela “propensão, inclinação e temperamento” – e que podia ser indicado pelos sonhos: “Los Yuma tenían una tradición para designar el género que se basaba en los sueños; una hembra que soñaba con armas se transformaba en macho para todo tipo de propósitos prácticos” (ALLEN apud LUGONES, 2008, p. 90). Essa dimensão social, assim como a supremacia espiritual e política das mulheres, foram descartadas e substituídas, no processo de colonização, para dar lugar à dominação masculina em todas as esferas da comunidade.

O trabalho de Lugones também é uma denúncia ao uso colonial de gênero por Quijano, intelectual da pós-colonialidade. Aponta ela que o próprio autor não se deu conta de que ele estava usando gênero de maneira hegemônica, sem problematizar sua historicidade (nem sempre ele foi heterossexual e patriarcal). É dizer, o gênero, assim como a raça - foram introduzidos pelo sistema moderno/colonial. Assim, no momento em que o

51 Sobre mulheres de cor, escurece Lugones: “Las feministas de color nos hemos movido conceptualmente hacia un análisis que enfatiza la intersección de las categorías raza y género porque las categorías invisibilizan a quienes somos dominadas y victimizadas bajo la categoría «mujer» y bajo las categorías raciales “Black, “hispanic”, “Asian”, “Native American”, “Chicana” a la vez, es decir a las mujeres de color. Como ya he indicado, la autodenominación mujer de color” (LUGONES, 2008, p.81-82).

autor peruano discute a implantação da exploração do sexo e de seus recursos pela colonialidade do poder, o faz a partir de uma perspectiva biológica e reprodutiva de sexo⁵² – perspectiva essa que foi relegada pela colonização. Dessa forma, a análise da autora também vai conduzir o debate de como a intersexualidade, o lesbianismo e a homossexualidade, – estiveram presentes e foram reconhecidos em determinadas sociedades nativo-americanas -, e de que modo essas práticas foram sendo incriminadas, subalternizadas e estereotipadas, na intrusão colonial, pela classificação social binária e pela heterossexualidade racializada (LUGONES, 2008).

Em contraposição direta à corrente de não existência de gênero e patriarcado nas sociedades pré-intrusão sugeridas por María Lugones e Oyérónké Oyewùmi, Rita Segato (2014) propõe - respaldada, segundo ela, de evidências históricas e relatos etnográficos - a incontestável existência da nomenclatura de gênero nas sociedades indígenas e afro-americanas, ainda que vinculado a um patriarcado de baixa-intensidade (SEGATO, 2014, p.77). Com a modernidade, o gênero, segundo Segato, passou de hierárquico à super-hierárquico, ao que ela elenca os seguintes fatores:

la superinflación de los hombres en el ambiente comunitario, en su papel de intermediarios con el mundo exterior, es decir, con la administración del blanco; la emasculación de los hombres en el ambiente extra-comunitario, frente al poder de los administradores blancos; la superinflación y universalización de la esfera pública, habitada ancestralmente por los hombres, con el derrumbe y privatización de la esfera doméstica; y la binarización de la dualidad, resultante de la universalización de uno de sus dos términos cuando constituido como público, en oposición a otro, constituido como privado (SEGATO, 2014, p.78).

A partir dessas premissas, a autora destaca que a posição masculina ancestral foi supervalorizada e promovida com o auxílio das agências produtoras e reprodutoras da colonialidade, na medida em que só os homens indígenas eram reconhecidos como capazes da intermediação pelo homem

52 Sobre o uso biológico e reprodutivo de gênero por Quijano, aponta, ademais, Lugones: “Quijano parece dar por sentado que la disputa por el control del sexo es una disputa entre hombres, sostenida alrededor del control, por parte de los hombres, sobre recursos que son pensados como femeninos. Los hombres tampoco no parecen ser entendidos como «recursos» en los encuentros sexuales. Y no parece, tampoco, que las mujeres disputen ningún control sobre el acceso sexual. Las diferencias se piensan en los mismos términos con los que la sociedad lee la biología reproductiva”. (LUGONES, 2008, p.84).

branco. E junto a essa hiperinflação, ocorreu também a emasculação desses mesmos homens frente ao branco, já que deviam restaurar a virilidade prejudicada por esse externo. Mais do que isso, houve o sequestro da política da vida doméstica. Se as mulheres tinham um espaço de deliberação e influencia na vida comunitária por meio do âmbito doméstico, - esse espaço político - com a modernização republicana, - foi totalmente esvaziado pela sua privatização em detrimento do espaço público, reservado, em sua maioria, apenas aos homens indígenas (SEGATO, 2014).

Além disso, a hierarquia dual sempre existiu no mundo da aldeia, assim como a diferença, vista de maneira positiva. Mas com a intrusão da colonização e do ideal de igualdade republicana, a hierarquia se tornou binária e a diferença se tornou um problema – devendo ser expulsa. Antes, havia dualidade hierárquica de gênero - em que o um e o outro (desiguais) podiam funcionar complementarmente. Com a intrusão colonial, qualquer identidade diferente, se não marginalizada, deveria ser convertida (SEGATO, 2014).

Em contraposição à promoção da dualidade em sua raiz indígena, o pensamento de Julieta Paredes denuncia o machismo, racismo e classismo presentes na dualidade complementar chacha-warmi⁵³. Dessa forma, a feminista boliviana pretende utilizar-se do par complementar desde que seja revisitado (para as mulheres e desde as mulheres) em seu conservadorismo e formas de opressão e subordinação das mulheres indígenas. Paredes ainda defende que houve sim um patriarcado ancestral, que, junto ao patriarcado ocidental, formaram o que ela chama de “entronque patriarcal” (PAREDES, 2008):

[...] la opresión de género no solo vino con los colonizadores españoles, sino que también había una propia versión de la opresión de género en las culturas y sociedades precoloniales, que cuando llegaron los españoles se juntas ambas visiones para desgracia de las mujeres que habitamos Bolivia (PAREDES, 2008, p.7).

É importante relembrar que Paredes é, dentre as três autoras-chave aqui referenciadas, a única feminista indígena – e nesse sentido, a construção de suas subjetividades como mulher indígena em comunidade, faz ressoar essa dimensão de defesa de um patriarcado pré-colonial. Outras autoras, também feministas indígenas, apostam nessa ideia. A também feminista comunitaria xinka Lorena Cabnal, da Guatemala, analisa esse patriarcado originário:

53 Chacha-warmi seria, numa tradução grosseira, a designação indígena para homem-mulher.

No sólo existe un patriarcado occidental en Abya Yala (América), sino también afirmamos la existencia milenaria del patriarcado ancestral originario, el cual ha sido gestado y construido justificándose en principios y valores cosmogónicos que se mezclan con fundamentalismos étnicos y esencialismos. Este patriarcado tiene su propia forma de expresión, manifestación y temporalidad diferenciada del patriarcado occidental. (CABNAL Apud GARGALLO, 2014, p.22).

Este patriarcado originario que configuró roles, usos y costumbres, principios y valores, fue fortaleciéndose con los tiempos y hay elementos de análisis que me permiten evidenciar sus manifestaciones, por ejemplo, la guerra entre los pueblos originarios, los cuales en disputa por diferentes problemáticas territoriales, ejercían supremacía de vencedores contra vencidos. Estas guerras han sido históricas y prueba de ello es lo que se cuenta como grandes narraciones en algunos glifos, libros antiguos e inscripciones en piedra, donde nos cuentan de grandes proezas y hazañas de grandes señores, gobernantes y guerreros. Aquí es donde reflexiono: si los hombres eran guerreros e iban y hacían la guerra contra sus vecinos territoriales, ¿dónde quedaban las mujeres, cuál era su rol?, esta división sexual de la guerra, también me lleva a pensar en cómo se configuraba la estratificación de castas de guerreros, de gobernantes, reinados, guías espirituales, sabios y pueblo (CABNAL, 2010 p.14-15).

Por meio desses trechos, percebemos dois empenhos por parte de Cabnal: diferenciar o patriarcado originário ancestral (este se utiliza de valores cosmogônicos, essencialismos e fundamentos étnicos para se promover) do ocidental e exemplificar dito patriarcado ancestral quando lembra que havia uma divisão sexual da guerra, oriunda das narrativas das sociedades originárias. O trabalho de Cabnal inspira-se (e traduz-se) no (pelo) pensamento de Paredes.

2 APROXIMAÇÕES DESDE O SUL COLONIAL

Embora Lugones, Segato e Paredes (des)acordem quanto à existência ou não e ao nível de patriarcado na pré-intrusão – as três feministas possuem um pensamento que se (re)acorda em distintas questões. Por exemplo, todas concordam quanto ao agravamento das relações de poder e subordinação estabelecidas com a colonialidade, principalmente no tocante às mulheres de cor, na medida em que as sociedades indígenas e africanas foram

reconfiguradas num processo de penetração de um patriarcado branco, ocidental, heterossexual, burguês e de padrão binário. Veja Segato:

Como afirmé, si bien es posible decir que siempre hubo jerarquía y relaciones de género como relaciones de poder y prestigio desigual, con la intervención colonial estatal y el ingreso al orden de la colonial/modernidad esa distancia opresiva se agrava y magnifica (SEGATO, 2014, p.87).

A conjunção entre homens de cor e homens brancos quando do evento do colonialismo, um processo que inferiorizou sistematicamente essas mulheres indígenas e africanas – também é uma dimensão relevante em suas pesquisas. Se Paredes defende a fusão de patriarcados pelo “entronque patriarcal”, Segato deflagra: “Es con los hombres que los colonizadores guerrearon y negociaron” (SEGATO, 2014, p.80). Enquanto que Lugones, com base em Oyewùmi e Allen, destaca:

Oyewùmi nota que la introducción del sistema de género Occidental fue aceptada por los machos Yoruba, quienes así se hicieron cómplices, confabularon con la inferiorización de las anahembras [...] Como Oyewùmi, Allen está interesada en la colaboración entre hombres indígenas y hombres blancos para debilitar el poder de las mujeres. Para nosotros/as, es importante pensar en estas colaboraciones cuando pensamos en la indiferencia a las luchas de las mujeres contra formas múltiples de violencia contra ellas y contra sus mismas comunidades racializadas y subordinadas. El colonizador blanco construyó una fuerza interna en las tribus cooptando a los hombres colonizados a ocupar roles patriarcales. Allen detalla las transformaciones de las ginecracias Cherokee e Iroqués y del rol de los hombres indios en el pasaje hacia el patriarcado. Los británicos llevaron hombres indígenas a Inglaterra y los educaron a la manera británica (LUGONES, 2008, p. 88-90).

As autoras argentinas ainda sublinham a perda de poder político das mulheres indígenas e africanas com a colonização: “la colonización trae consigo una pérdida radical del poder político de las mujeres” (GAUTIER apud SEGATO, 2014, p.80). Para Lugones, isso se deu com o processo de transformação das “anahembras” e das mulheres cherokee em “mulheres” – essas sim ausentes da política pelo Ocidente colonial. Já Segato marca a privatização do espaço doméstico como característica principal dessa perda política:

Las mujeres son aquellas que no poseen un pene; no tienen poder; no pueden participar en la arena pública (Oyewùmi, 1997:34). Nada de esto era cierto de las anahembras Yorubas antes de la colonia [...] Las mujeres cherokee habían tenido el poder de declarar la guerra, decidir el destino de los cautivos, hablar al consejo de hombres, intervenir en las decisiones y políticas públicas, elegir con quién (y si) casarse, y también del derecho a portar armas (LUGONES, 2008, p.87-91).

Son también parte de este panorama de captación del género pre-intrusión por el género moderno el secuestro de toda política, es decir, de toda deliberación sobre el bien común [...] Los vínculos exclusivos entre las mujeres, que orientaban a la reciprocidad y a la colaboración solidaria [...] se ven dilacerados en el proceso del encapsulamiento de la domesticidad como ‘vida privada’ (SEGATO, 2014, p. 81)

Finalmente, ainda que as definições de gênero em sua dimensão pré e colonial por parte dessas autoras feministas sejam diversificadas entre si – faz-se presente, nestas três obras, um esforço crítico de analisar esse gênero como categoria.

3 O GÊNERO COMO PROBLEMA

Começamos pela crítica por parte de Lugones quanto aos usos das categorias de gênero, raça e sexualidade em separado. Para a autora, essa análise categórica, ao estimular o binarismo e a discussão em termos de adição, apaga a situação de violência interseccional vivida pelas mulheres de cor - por exemplo:

Introduzco el neologismo «categorial» para señalar a relaciones entre categorías. No quiero decir «categórico». Por ejemplo, podemos pensar de la vejez como una etapa de la vida. Pero también podemos pensarla como una categoría relacionada al desempleo y podemos preguntarnos si el desempleo y la vejez se pueden comprender separadas la una de la otra. Género, raza, clase han sido pensadas como categorías. Como tales, han sido pensadas como binarias: hombre/mujer, blanco/negro, burgués/proletario. El análisis de categorías ha tendido a esconder la relación de intersección entre ellas y por lo tanto ha tendido a borrar la situación violenta de la mujer de color excepto como una adición de lo que les pasa a las mujeres (blancas: suprimido) y a los negros (hombres: suprimido). La separación categorial es la separación de categorías que son

inseparables (LUGONES, 2008, p.76).

Mais do que isso, essa separação categorial pode ser compreendida como fruto da concepção de mundo do Ocidente: um conhecimento separado, categorizado, binarizado. Nessa concepção, as categorias são entendidas como homogêneas e selecionam o grupo dominante como norma. Na colonialidade patriarcal e racializada, a categoria “homem” seleciona como norma os machos brancos burgueses heterossexuais, a categoria “mulher” seleciona como norma às fêmeas burguesas brancas heterossexuais, o “negro” seleciona os machos heterossexuais negros e assim por diante (LUGONES, 2008, p. 82).

Em 1999, Linda Nicholson já trazia essa crítica, inserindo o termo “fundacionalismo biológico” para designar “a tendência de se pensar o gênero como o representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente” (NICHOLSON, 2000, p.5). A partir de Elizabeth Spelman, também feminista estadunidense, reprova a “análise aditiva da identidade”, metaforizada como “colar de contas”, que segundo Nicholson, traz o entendimento de que todas as mulheres compartilham de uma mesma conta do colar (o gênero) e suas diferenças são estabelecidas pelas outras contas adicionadas a essa colar. Nesse entendimento, ainda, o gênero (conta semelhante) seria marcado sempre positivamente, e a raça, a classe ou ainda a sexualidade (contas diferentes) seriam marcadas negativamente:

[...] como Spelman percebe, tais análises tipicamente descrevem a “conta” gênero em termos das manifestações privilegiadas; tendem também a pintar as diferenças que marcam mulheres desprivilegiadas apenas em termos negativos [...] Em suma, de acordo com análises aditivas de sexismo e racismo, todas as mulheres são oprimidas pelo sexismo; algumas são, além disso, oprimidas pelo racismo. Uma análise como essa distorce as experiências de opressão das mulheres negras por negligenciar importantes diferenças entre os contextos nos quais mulheres negras e mulheres brancas têm suas experiências com o sexismo. A análise aditiva sugere ainda que a identidade racial de uma mulher pode ser subtraída de sua identidade simultaneamente sexual e racial. (NICHOLSON, 2000, p.6).

Termos políticos como “interseccionalidade”; “entrecruzamiento” e “consustancialidade” têm a intenção de descobrir essas relações categoriais. Por meio da “inteseccionalidade”, Lugones pretende revelar o que não se vê quando as categorias raça e gênero são entendidas separadas uma da outra

(LUGONES, 2008, p.81):

En la intersección entre «mujer» y «negro» hay una ausencia donde debería estar la mujer negra precisamente porque ni «mujer» ni «negro» la incluyen. La intersección nos muestra un vacío. Por eso, una vez que la interseccionalidad nos muestra lo que se pierde, nos queda por delante la tarea de reconceptualizar la lógica de la intersección para, de ese modo, evitar la separabilidad de las categorías dadas y el pensamiento categorial.1 Solo al percibir género y raza como entretamados o fusionados indisolublemente, podemos realmente ver a las mujeres de color (LUGONES, 2008, p.81-82).

A autora também se utiliza da ideia de “entrecruzamiento”, de modo a pensar a inseparabilidade das marcas da sujeição/dominação (nota da tradutora, p.80). Outro termo, o da consubstancialidade – cunhado pela socióloga francesa Danièle Kergoat, também tem sido reativada nas discussões feministas:

A ideia de consubstancialidade [...] implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca (KERGOAT, 2010, p. 100).

É importante destacar que a experiência relegada ao colar de contas foi motivo de destaque por Julieta Paredes, ao denotar que as mulheres indígenas são vistas sempre como um setor em separado, como um problema:

Se suele decir por ejemplo: vamos a hacer políticas para los indígenas, para los campesinos, para los sectores populares y para las mujeres. Como si las mujeres no estuviéramos también dentro de lo indígena o dentro de lo campesinato o dentro de los sectores populares; nos quieren ver como si fuéramos un mini sector [...] Finalmente somos tratadas como un problema, cuando se dice que se va a tratar de solucionar el problema de la salud, de la educación y el problema de la mujer, que, por añadidura, se entiende que es un problema de víctima de violencia. Fíjense como somos tratadas como un problema entre tantos problemas más importantes (PAREDES, 2008, p.1).

Pode-se inferir que a tendência de analisar as vivências de gênero de

maneira categórica parte do feminismo ocidental. Para Lugones, a luta das feministas brancas e de “segunda onda” – embora tenha lutado frente a subordinação, estereótipos e características impostas pela opressão de gênero, o fizeram sem perceber o seu lugar de mulheres brancas burguesas – a “mulher” norma. Apesar das feministas de cor terem deixado escuro a importância de se pensar o gênero e a raça de maneira entrelaçada e fusionada, e tenham demonstrado a exclusão das mulheres não-brancas na lutas libertatórias da “mulher” (clara e homogênea) – essas feministas brancas não se entenderam elas mesmas em termos interseccionais (LUGONES, 2008, p.95).

Aliás, as próprias reivindicações das feministas ocidentais, em termos de “equidade de gênero” (PAREDES, 2008, p.5) e/ou “igualdade de gênero” (SEGATO, 2014, p.82) revelam a falta de sensibilidade com a questão das mulheres não-brancas.

Segundo Julieta Paredes, nos anos 60 e 70, o feminismo ocidental chegou à Bolívia de mãos dadas ao neoliberalismo. Nesse sentido, as feministas brancas, integrantes de organizações não-governamentais - passaram a reivindicar o gênero como equidade, um conceito, segundo ela “pós-moderno, superficial e descritivo de papéis”. (PAREDES, 2008, p.5). A equidade de gênero dentro do neoliberalismo pensou apenas as mulheres constituídas de “cidadania”, ou seja, trouxe benefícios apenas às mulheres bolivianas de classe média e alta. E ainda que algumas leis tenham sido editadas em benefício das mulheres indígenas, como a questão do trabalho doméstico – denuncia Paredes que aquelas mulheres, então vinculadas às ONGs, recusaram-se a debater dita questão centralmente, justamente porque elas mesmas retiravam benefícios desse trabalho:

Sin dudas las mujeres de clases medias y altas se beneficiaron en la época neoliberal y siguen beneficiando del trabajo manual y doméstico de las mujeres jóvenes indígenas. Las ONG tramitaron leyes especiales, leyes de segunda para las hermanas, ahora llamadas trabajadoras del hogar, cuyos niveles de explotación no se han reducido como se esperaba; en general, se han modificado muy poco, es que las ONG de mujeres se negaron sistemáticamente a discutir el trabajo doméstico, porque, total, no ensuciaban sus manos con esta labor, contrataban una chola como empleada y listo (PAREDES, 2008, p.3).

O debate em torno da cidadania por Paredes nos desperta para a problemática formulada por Lugones acerca do lado escuro e claro da colonialidade. Segundo a autora argentina, o sistema de gênero tem um lado

visível/claro e um lado oculto/escuro. Esse sistema moderno/colonial de gênero converteu as pessoas “não brancas” em animais e as mulheres brancas em reprodutoras (da raça branca e da classe burguesa). O lado claro, das relações hierárquicas de gênero entre homens e mulheres burgueses, pode ser compreendido também como o lado do direito, aquele em que há possibilidade de reivindicação cidadã⁵⁴. Nesse entendimento, em uma ponta, tem-se, no eixo sul, leis de gênero que se presumem e se baseiam nas pessoas brancas, como já apontado por Paredes e também por Lugones (LUGONES, 2008, p.97), em outra, o fracasso das organizações internacionais em implantar estratégias de gênero nas comunidades rurais e aldeias indígenas, na medida em que não considera - segundo Segato – as dimensões de gênero dessas mesmas comunidades:

Sin ir a detalles, llamo la atención aquí al conocido fracaso de las estrategias de género de prestigiosos programas de cooperación internacional, precisamente porque aplican una mirada universalista y parten de una definición eurocéntrica de lo que sea ‘género’ y las relaciones que organiza. En otras palabras, la gran fragilidad de las acciones de cooperación en este aspecto se debe a que carecen de sensibilidad para las categorías propias [...] los proyectos y acciones de cooperación técnica de los países europeos revelan la dificultad de percibir la especificidad del género en los ambientes comunitarios de su actuación (SEGATO, 2014, p.84).

Ao contrário, as metas desses projetos, para Segato, deveria combinar a igualdade – uma igualdade pelo coletivo dos homens e pelo coletivo de mulheres dentro dessas mesmas comunidades - e a dimensão de gênero -, não em termos de “diferentes mas iguais” - promovida pelo ativismo moderno liberal, mas em “desiguais mas distintos” – esta sim uma concepção que se aproxima das referências de dualidade das comunidades pré-intrusão e que não expurga o diferente, segundo a autora (SEGATO, 2014, p.87). Segato propõe então um gênero que seja pensado pela diferença, desde o interior da comunidade.

54 Interessante a visão da autora Lugones, que se refaz ao longo do texto, ao pensar uma “zona cinza” em meio ao lado escuro e o lado claro: Ahora se me va aclarando una zona intermedia y ambigua entre el lado visible/ claro y el lado oculto/oscurito que concibe/ imagina/construye a las mujeres blancas que son sirvientas, mineras, lavanderas, prostitutas—trabajadoras que no producen plusvalía--, como seres que no pueden ser captados por los lentes del binario sexual o de género y que, a la vez, son racializados de forma ambigua pero ya no como blancos o negros. (LUGONES, 2008, p.99)

Nessa mesma acepção, Julieta Paredes - embora atente para a necessidade de se despojar do machismo, racismo e classismo presente no “par complementar” - propõe, por meio do feminismo comunitário, a reconceituação do dual complementar tendo a comunidade como ponto de chegada e ponto de partida. Mais do que isso, convoca-se as mulheres dessas comunidades como eixo central da promoção da alteridade e do “buen vivir”: “es empezar el tiempo de las mujeres” (PAREDES, 2008, p.9). Assim, pode-se dizer, grosso modo, que as três autoras também concordam com uma formulação e prática de gênero que se integre com a perspectiva comunitária.

No entanto, Paredes vai além: denuncia o gênero e intenciona sua descolonização. Ainda assim, a denúncia é de um gênero colonial, com datação histórica, visto que o gênero, como conceito e categoria, para a autora, tem condições de ser usado “para la transformación de las condiciones materiales de la opresión de las mujeres” (PAREDES, 2008, p.4). Essa transformação é vista em três dimensões: descolonizar o gênero - entendendo que também houve um sistema de gênero patriarcal antes da colônia; superar o gênero – já que a equidade de gênero, como já abordado, é fruto do neocolonialismo; e ainda transcende-lo – de maneira a acompanhar os processos de mudanças vivenciadas no tempo presentes pelas mulheres:

Para entender este entronque histórico entre los intereses patriarcales, nos es útil recuperar la denuncia del género para descolonizarlo en su entendido que las relaciones injustas entre hombres y mujeres sólo fueran fruto de la colonia, superarlo, como concepto ambiguo fruto del neoliberalismo, superarlo, decíamos, en la reconceptualización que desde el feminismo comunitario hoy hacemos y trascenderlo como tarea revolucionaria que hoy el proceso de cambios nos convoca especialmente a las mujeres (grifos da autora, PAREDES, 2008, p.6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU GÊNERO: UMA CATEGORIA AINDA ÚTIL E BOA PARA PENSAR)

Como pudemos observar, as três teóricas feministas referências desse trabalho trazem uma perspectiva alternativa para se pensar o gênero: o gênero na diferença (SEGATO, 2014); o gênero como denúncia a ser descolonizado (PAREDES, 2008); o gênero em sua dimensão interseccional (LUGONES, 2008). Ao mesmo tempo, cada uma delas inclui em suas teorias diferentes formas de se pensar não só o gênero, mas também o patriarcado – e isso pode suscitar algumas dúvidas que, inevitavelmente, cobram um posicionamento: afinal, houve gênero nas sociedades pré-contato? E o

patriarcado, existiu nas sociedades originárias? Qual foi sua real intensidade?

Não é objetivo desse trabalho opinar nem escolher uma teoria em detrimento das outras – mas sim apontar um caminho de reflexão acerca do gênero como categoria. Como bem planteou Paredes, “no hay otro concepto en la actualidad que haya develado mejor la situación y condición de las mujeres como el género” (PAREDES, 2008, p.6). Dessa forma, na falta de um melhor conceito que explique as diferentes situações de poder e opressão vivenciadas pelas mulheres, escolho pensar o gênero como categoria “sob rasura” (HALL, 2000), como categoria “equivoca” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

Equívocaçã, em Viveiros de Castro (2004), é elemento das relações de sentido vividas nos encontros intersubjetivos. Nessa combinação de método antropológico, as relações de sentido estabelecidas nos discursos do antropólogo e nativo entram em acordo de maneira equivocada. Há sempre um mal-entendido. Mas esse mal-entendido é fundamental porque é aí que reside a diferença.

Nesse sentido de “tradução como equivocação”, relembro aqui uma cena do filme espanhol “Conflito das águas” (2010). Em um dos trechos emblemáticos – onde aparece o desenvolvimento da produção de um filme em uma comunidade indígena na Bolívia - há uma discussão entre o personagem diretor do filme e as mulheres da comunidade, as quais se recusam a interpretar determinada cena. A cena era simular o afogamento de seus bebês. Ainda que o diretor tentasse – por meio de um intérprete – explicar a ficcionalidade daquilo, para aquelas mulheres, era inimaginável pensar o afogamento de seus bebês. Aquilo nem passava pelo seu pensamento. A dimensão da tradução é, nessa condição, incomensurável, porque se trata dos sentidos de dois mundos completamente distintos⁵⁵.

Se pensarmos que toda a política de tradução é uma equivocação – fica escuro que o gênero pressupõe diferentes significados, que se alteram no espaço e no tempo. Assim, o gênero, também pode ser entendido como uma categoria sempre em rasura. A rasura é, segundo Stuart Hall e a partir de Derrida – “pensado no limite” e no “intervalo” (DERRIDA apud HALL, 2010, p.104). O autor, numa obra em que vai discutir a necessidade ou não do conceito identidade, explica o que entende por rasura:

O sinal de rasura (X) indica que eles não servem mais – não são

55 Agradeço à professora Claudia e às alunas e alunos da turma Teoria e Críticas Feministas do curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, que, no segundo semestre do ano de 2016, proporcionaram essa rica discussão acerca de gênero como categoria equivocada.

mais bons para pensar – em sua forma original, não-reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas [...] (HALL, 2010, p.104)

Em síntese e em rascunho - o gênero – destotalizado, desconstruído, sob rasura; continua sendo uma categoria que implica múltiplos debates e equívocas traduções, como foi observado em Paredes, Segato e Lugones. E é isso que o torna ainda útil, em paráfrase à célebre frase de Joan Scott (1995) e “bom para pensar”...

REFERÊNCIAS

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitário. ACSUR, Las Segovias: 2010.

GARGALLO, Francesca, **Feminismos desde Abya Yala**. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Nuevo Méjico: Ed. Desde Abajo, Col. Pensadoras latinoamericanas, 2014.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86 , p.93-103, mar. 2010

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá-Colômbia, n.9, julio-diciembre 2008, p. 73-101.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate imperial. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2010.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, No.2, 2000, pp: 9-41.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: _____. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp 117-142

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino (Desde el feminismo comunitario)**. La Paz: CEDEC, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp.

SEGATO, Rita. (2011). Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Métaphysiques cannibales**: lignes d'anthropologie post-structurale. Tradução de Oiara Bonilla. Paris: Presses Universitaire de France, 2009. p. 203.

Recebido: 15/08/2016

Aceito: 06/12/2016